

**Título: Livres, leves e soltos**

**Fonte: Revista GTD – Ed. 17**

**Data: Jan-2007**

**Autor:** Por Milton Leal e Priscilla Negrão

Em entrevista exclusiva, o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Mário Antônio Carneiro Cilento, faz um balanço do ano de 2006 para o segmento e traça perspectivas para 2007.

Todas as mudanças que ocorreram no setor energético nos últimos anos provocaram maior impacto em um segmento: o dos consumidores. Afinal, são eles que arcam com as despesas criadas, por exemplo, pelo seguro-apagão, e que pagam a conta quando não chove ou quando é preciso construir mais torres de transmissão. A situação é mais delicada quando se trata dos grandes consumidores de energia – que são principalmente as indústrias – onde a energia é, ao mesmo tempo, insumo vital e um de seus principais custos. Com o intuito de estimular a livre concorrência do setor e beneficiar os consumidores, foi criado em 1995 e regulamentado em 1998 o mercado livre de energia, que mudou muito o panorama para os consumidores de energia, oferecendo novas opções e proporcionando a redução de custos. Por outro lado, exigiu que os consumidores conhecessem melhor o mercado e seus agentes, para fazer a escolha mais adequada aos seus negócios. Com a implantação do novo modelo do setor elétrico, foram feitas alterações no funcionamento desse mercado que tiveram impacto na vida dos

consumidores de energia. Na entrevista a seguir, o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Mário Antônio Carneiro Cilento, fala sobre esse novo mercado e a situação atual dos consumidores de energia.

### **Por que grandes consumidores estão optando pelo mercado livre?**

Habitualmente, compramos nossos insumos com preços negociados no mercado. Nós somos chamados de energointensivos, o que significa que a participação de diversas formas de energia em nossos custos é expressiva. Havendo um mercado livre onde se dê a negociação direta entre cliente e fornecedor de preços, condições e flexibilidades particulares a cada negócio, é natural que o vejamos como um espaço a ser utilizado por nós. Por que a energia elétrica deveria ser diferente, como já se faz em muitos outros lugares do mundo? Precisamos manter nossos negócios, torná-los viáveis, fazendo sempre tudo que estiver ao nosso alcance. A liberdade é fundamental. Ao governo, pede-se ajuda para a expansão da oferta, ao licenciamento ambiental que a antecede, no controle de tributos e encargos e das tarifas dos serviços de concessão. Nós faremos a parte que nos cabe.

### **Quantos consumidores livres há no Brasil?**

Pelos dados da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), o número de consumidores livres hoje ultrapassa 600, o que corresponde a 23% do mercado e representa uma carga de aproximadamente 11.000MW médios, incluindo também autoprodutores.

### **Quais as vantagens e desvantagens de ser um consumidor livre?**

A grande vantagem é a previsibilidade. O contrato de consumidor livre pode assegurar a melhor referência quanto ao custo futuro e, portanto, da gestão de seus riscos. O documento é fruto de um acordo entre ambas as partes. As desvantagens referem-se às responsabilidades assumidas: o consumidor passa a ter de gerir seus contratos na CCEE, eventualmente, terá de administrar um

número maior de faturas, precisará de melhor conhecimento das particularidades e, para isso, um acompanhamento muito próximo do setor elétrico, de forma a reduzir seus riscos no mercado. Entendo que isso tudo é assunto diário entre todos os colegas da Abrace. Creio que todos os que optaram não se arrependem e têm, hoje, condição de planejar melhor suas operações futuras e os resultados delas.

### **De quanto é a economia na conta de energia para aqueles que aderem ao mercado livre?**

Em geral, há cláusulas de sigilo nos contratos, o que dificulta a resposta. Estimamos que a conta final de energia, incluindo os valores do “fio” (uso do sistema de distribuição ou transmissão), traga uma economia de 10% a 30%, dependendo da época em que o contrato foi negociado. Cabe ressaltar que quanto mais recente a negociação, menores devem ser esses valores, principalmente pelo efeito do aumento dos encargos, tarifas de transporte e do custo do produto “energia”. Infelizmente, as margens com a redução conjuntural do preço da energia foram ocupadas por aumentos excessivos das outras parcelas da conta final do insumo para as unidades industriais. Agora que observamos a recuperação do equilíbrio entre oferta e demanda, e, por decorrência, do preço da energia, preocupa-nos saber qual será o novo patamar de equilíbrio. Mas é muito provável que a conta venha a ser paga pelo consumidor, pela indústria brasileira e pela economia, representando todos nós.

### **Qual a posição dos consumidores de energia diante desse quadro?**

A nossa proposta, como representantes dos grandes consumidores de energia e dos consumidores livres, é buscar o crescimento e o amadurecimento do ambiente livre, tendo como objetivos a sua liquidez e o fortalecimento do binômio oferta-consumo. É fundamental que essa posição seja suportada pela disponibilidade de energia sustentável. O mercado livre deve ser a referência salutar e indispensável do valor do produto “energia”. O consumidor

livre sai em sua busca, pautado por limitações e preocupações - todas relacionadas com sua própria atividade. Nesse sentido, é preciso lembrar que em qualquer atividade comercial, em todos os setores, o lado mais importante da relação é o consumidor.

### **O que o consumidor livre leva em consideração na hora de comprar energia?**

Principalmente a capacidade de gerenciar o seu negócio, a sua competitividade, os custos para a manutenção de sua operação e o pacote de compra adequado ao seu padrão de consumo; restaria ainda a qualidade da energia recebida da distribuidora ou transmissora, dependente do ponto de conexão, e que pode ser independente do fornecedor de energia.

### **Há risco de o consumidor livre ficar sem energia?**

O risco físico de falta de energia por racionamento é exatamente igual para cativos e livres. Há risco de o consumidor livre ficar sem contrato de compra de energia, caso ele não tome as providências necessárias para contratação ou recontração. Nesse caso, a exposição do consumidor é financeira, ou seja, ele estará sujeito aos preços de curto prazo e às penalidades cabíveis.

### **Como é o procedimento de compra de energia livre?**

Primeiro, o consumidor deve fazer uma análise profunda de seu contrato vigente, de forma a ter absoluta segurança quanto à possibilidade regulatória e jurídica de migração, isto é, saber quando ocorre seu término contratual, se é necessária a denúncia e se possui todos os requisitos de carga e tensão para a migração ao mercado livre. Uma vez confirmada a possibilidade de migração, passa-se à análise do perfil de consumo da unidade potencialmente livre, em que são mapeadas todas as flexibilidades necessárias à contratação, tais como modulação, sazonalidade, paradas programadas, variações de consumo conjunturais e estruturais, etc. Uma vez levantado o perfil, faz-se uma análise regulatória e tarifária para que, então, finalize-se o estudo com uma análise

econômico-financeira, concluindo-se pela viabilidade ou não da migração. Uma vez viável, parte-se para a contratação no mercado, que pode ser por meio de negociação bilateral ou de leilões de compra públicos ou privados.

### **E como é calculada a energia? Como fica a conta de energia de um consumidor livre?**

A parcela de energia é calculada descontando-se da tarifa de fornecimento como cativo as parcelas "fio" e "encargos", restando, assim, um valor de energia que é a referência para a compra no mercado livre. A conta de energia de um consumidor livre passa a ser uma fatura da distribuidora local com a parcela "fio" e "encargos" referentes ao uso do sistema de distribuição, encargos pela conexão e encargos sobre o consumo. Quando o consumidor está conectado diretamente à transmissora, a fatura é emitida pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em nome de todas as transmissoras. Além da fatura de transporte, há uma fatura de cada um de seus fornecedores de energia, que podem ser tantos quantos forem necessários.

### **Qual a legislação específica para compra de energia livre?**

Para a migração de uma forma geral, devem ser obedecidos a Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei 10.848, de 15 de março de 2004, o Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004 e demais resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), porém, para a compra, em especial, há peculiaridades apenas quando a vendedora é geradora estadual ou federal, devendo a mesma ocorrer por meio de oferta pública ou leilão público, dependendo do caso.

### **O que as distribuidoras de energia estão fazendo para preservar seu mercado cativo, ou seja, para diminuir a migração de seus clientes para o mercado livre?**

Elas têm tentado a fidelização dos seus clientes por meio de serviços diferenciados, como a eficiência energética e operação e manutenção (O&M).

São compreensíveis o esforço e as táticas utilizadas, quando legítimos, porém, em alguns momentos, as ações extrapolam, levando a pontos inusitados. Uma das reações a esse movimento veio com a instituição de comercializadoras, uma situação curiosa para aquelas que se posicionam contra o mercado livre.

### **Quem são os agentes interessados nessa migração?**

Além do natural interesse dos consumidores, são também agentes do processo de migração os fornecedores de energia, sejam eles geradores ou comercializadores. Também os atos do governo ratificaram o seu compromisso com o livre mercado e com a estabilidade das regras. Acreditamos que o mercado livre é uma referência importante e contribui para regular o mercado cativo. A agilidade dos consumidores livres para buscar melhores preços ajuda a criar referências, à medida que remete sinais importantes para o regulador. A referência do mercado livre é verdadeira e confiável, apresentando uma dinâmica bastante rápida. É a razão pela qual cremos que o governo atual foi sensível e manteve o mercado livre pelos benefícios explicados.

### **É possível diminuir as restrições para compra de energia?**

Sim e temos proposto na Abrace a diminuição da obrigatoriedade da carga mínima, atualmente em 3MW, e a abertura do nível de tensão, hoje limitada a 69kV. Tal processo de abertura não deverá criar uma "avalanche" migratória do dia para a noite, porém, é provável que o mercado se torne mais elegível, demandando soluções mais ágeis e flexíveis, pelos vendedores e atuais fornecedores. Em outras palavras, a "mão invisível" do mercado deverá chegar a outros segmentos do consumo. Eficiência é o alvo e o Brasil tem um necessário compromisso com a mesma.

### **Uma polêmica recente em relação ao mercado livre foi o fim do subsídio cruzado. Qual sua opinião sobre essa mudança?**

Esse é um ponto interessante, pois surgiu uma “lenda” quando o mercado livre foi criado, em 1995. Na ocasião, houve quem ficasse indignado quando os “subsidiados” quiseram ir embora. A antes rotulada “operação desinteressante e não lucrativa” representada pelos contratos dos grandes consumidores foi substituída pela luta pela sua manutenção. Posteriormente, veio a divisão do “fio” e energia, seguida do aumento do custo do “fio” para o consumidor A2. Conseqüência: a parcela de energia ficou pequena em termos relativos. Uma conclusão sem melhor análise poderia levar alguém a crer em “energia subsidiada”. Outro aspecto indesejável: esta ação aumentou a dificuldade do grande consumidor migrar para o mercado livre ou buscar a autoprodução.

### **É possível baratear ainda mais a compra de energia livre?**

É difícil, dado que caminhamos para um ponto próximo ao equilíbrio entre a oferta e a demanda. Porém, há que se levar em consideração muitas variáveis, tais como: crescimento da demanda, incluindo economia nacional e sua elasticidade; condições de crescimento do mercado industrial; a entrada da oferta no prazo, incluindo o licenciamento ambiental; a liberação do financiamento e a disponibilidade de combustíveis; e o tamanho do mercado livre, incluindo a expansão da indústria. Nesse ponto, nos preocupa muito o efeito da esterilização de nosso enorme potencial hidroelétrico, fruto da falta de uma melhor discussão e alguns extremismos da questão ambiental e ideológica. Ainda assim, o Brasil será, durante muito tempo, um país eminentemente baseado em energia hidráulica e, com a redução da capacidade de armazenamento, verões úmidos certamente trarão cada vez mais efeitos conjunturais de queda de preço no curto prazo.

### **Existe alguma possibilidade no futuro de toda a energia ser comercializada dessa maneira?**

Sim, não tenho dúvidas. Claro que buscamos uma solução que barateie o produto final com o incremento natural da tecnologia de medição. Não queremos uma solução mais cara por moda, não é isso. Na Europa, até 2007, todos serão elegíveis, o que não significa que serão livres de fato de uma hora

para outra. O importante é a meta e a quebra de tabus. Veja o caso da telefonia celular. A pulverização alcançada não foi boa para a sociedade como um todo? Será que não seremos capazes de oferecer soluções desse tipo para todos os consumidores de energia elétrica? O tempo dirá.

### **Os grandes consumidores industriais de energia reunidos na Abrace absorvem:**

Cerca de 20% da energia elétrica produzida no País; 45% do consumo industrial de energia; mais de 40% do gás e do óleo combustível comercializados pelas distribuidoras.

O faturamento da indústria energointensiva totaliza quase R\$260 bilhões, o equivalente a 46,1% do valor da produção da indústria extrativa e de transformação, a 13% do faturamento de todas as empresas do País e a 26,5% do Produto Interno Bruto (PIB).